



A VERDADEIRA MOEDA NACIONAL

Leonardo Fernando Cruz Basso*

1 — Introdução

O presente trabalho foi motivado pelo aparecimento na imprensa de duas afirmações relacionadas à moeda no atual estágio do desenvolvimento capitalista brasileiro:

- a economia brasileira opera com duas moedas, quais sejam, o cruzado, que pode ser caracterizado como moeda não remunerada, e a OTN (ou título público equivalente), que pode ser caracterizada como moeda remunerada;
- como consequência do crescente processo de instabilidade, o público procura ancorar-se na OTN e no dólar, caso haja perda de confiança no título público. A consequência disso é que a economia brasileira tenderá à dolarização.

A nosso ver, essas duas afirmações são equivocadas, e o presente trabalho desenvolve uma argumentação do porquê julgamos ser esse o caso. Para isso, vamos retomar a discussão feita por Marx a respeito das funções ideais da moeda, desenvolvidas em grande parte na **Contribuição para a Crítica da Economia Política**, e da função da “moeda como moeda”, qual seja, a moeda como meio de pagamento desenvolvida em **O Capital**.

2 — As funções ideais da moeda

Da leitura da **Contribuição** uma coisa chama nossa atenção: Marx alerta-nos para certas funções da moeda, onde não é necessária a existência real de moeda para que essas funções estejam presentes e sejam exercitadas. Essas funções são: medida de valor, padrão de preços, meio de circulação e meio de compras.

Vejam os por que isso acontece, examinando a função de medida do valor. Para Marx, uma das funções da moeda é fornecer às mercadorias um material (ouro, prata) para a expressão de seus valores. Quando o proprietário de uma mercadoria deseja expressar o valor da mesma, ele não precisa de uma quantidade real de ouro para fazê-lo, simplesmente estabelece uma proporção imaginária entre uma quanti-

* Doutor em Economia pela New School for Social Research.

dade definida de sua mercadoria e uma quantidade de ouro. Por exemplo, um casaco vale duas onças de ouro. Assim, quando a moeda é utilizada como medida de valor, ela é usada apenas como moeda imaginária. Isto parece conversa do século XIX, apropriada somente ao século XIX, mas não é. A similaridade com o que ocorre hoje no Brasil é evidente.

O dono do casaco pode muito bem expressar o preço de sua mercadoria em dólares. Isto significa que a economia brasileira está se dolarizando? De forma alguma. Para que isso aconteça, o dólar necessita funcionar como meio de pagamento, a única função na qual a moeda, além de funcionar idealmente, precisa estar presente realmente, ter existência real. Não queremos dizer com isso que a economia brasileira não possa se dolarizar, ou, para citar um exemplo mais realista, ter uma moeda continental similar à que está se implantando na Europa, visando à integração econômica de suas nações. Para que isso ocorra, é necessário um mecanismo de convertibilidade automática entre o cruzado e o dólar, o que, seguramente, não é o caso atual.

3 — A função primordial da moeda — meio de pagamento

Quando se lê *O Capital* pela primeira vez, uma questão intrigante fica em nossa mente. Por que Marx, quando discute as funções da moeda, resolve atribuir a função de meio de pagamento à função primordial da moeda. Essa questão salta aos olhos pela própria ambigüidade de Marx no desenvolvimento das funções da moeda, pois é somente no final de uma seção devotada totalmente à moeda que o mesmo introduz a função primordial (seção 3 — Moeda). A razão, a nosso ver, é que Marx queria fazer uma separação entre as funções ideais da moeda, onde não há a necessidade de a moeda estar presente, e a função real da moeda, onde esta, necessariamente, tem que ter existência real.

Foi mérito dos economistas clássicos destacar que as sociedades produtoras de mercadorias eram sociedades distintas dos modelos precedentes de organização da produção pelo fato de os produtores aparecerem agora como independentes uns dos outros, decidindo por si o quê e quanto produzir.

Essa forma de organização da produção sugere que não há um reconhecimento social *a priori* do trabalho privado de cada produto como trabalho social, isto é, como trabalho necessário para a reprodução desse tipo particular de sociedade. Isto implica que cada produtor é compelido a ir ao mercado para validar o seu trabalho privado, para carimbá-lo como sendo trabalho social. Esse processo de validação foi brilhantemente explorado por Marx, partindo da forma elementar do valor (troca de uma mercadoria) até chegar à forma geral (troca das mercadorias por moeda, a mercadoria que é excluída para tornar-se o equivalente geral). O que precisa ficar claro nesse processo é a distinção que Marx faz entre o ato de comprar, o ato de alienar e o ato de realizar:

- compra — esse ato **pode ou não** envolver a presença de ambas, mercadorias e moeda. A compra em alguns casos ocorre apenas nominalmente, isto é, juridicamente, sem a presença real de mercadorias ou moeda;
- alienação — a entrega das mercadorias, isto é, as mercadorias podem deixar as mãos do vendedor antes de serem pagas e, vice-versa, podem ser pagas antes de serem entregues;
- realização — o ato de pagar pela mercadoria. A mercadoria realiza seu preço quando é trocada pela moeda.

Esses três atos podem, ou não, ocorrer simultaneamente, num mesmo instante de tempo, mas é somente o último ato que caracteriza a moeda, pois é apenas nesse ato que ocorre a validação do trabalho privado como sendo trabalho social. Ou seja, o instrumento que é reconhecido **legalmente** pela sociedade como meio de pagamento (validante em última instância) é que é a moeda nacional.

Agora, isso ajuda a esclarecer por que o dólar nas condições atuais, apesar de ser utilizado (ou vir a ser) como padrão de preços, não é moeda nacional. Esse simplesmente não existe em quantidade suficiente para **realizar** os preços das mercadorias. Obviamente, poderá vir a sê-lo, mas isto envolverá seguramente uma inserção maior da economia brasileira na economia internacional.

O que foi elaborado até agora serve como arcabouço para discutirmos a outra afirmação. Nossa objeção a ela é que a mesma coloca em níveis iguais o cruzado, cuja emissão não acarreta nenhuma dívida para o Governo, e um título público (OTN ou seu equivalente), que é uma obrigação das autoridades monetárias.

Em primeiro lugar, achamos que é ponto sem discussão que o cruzado é um dos equivalentes gerais nacional. Mesmo os que advogam a existência da OTN como uma forma da moeda remunerada aceitam essa afirmação, pois o argumento se baseia na assertiva de que a economia brasileira trabalha com duas moedas, sendo o cruzado a não remunerada. Entretanto vai-se mais além ao advogar-se que, paralelamente ao cruzado, existe outro equivalente geral, este último sendo um equivalente remunerado.

É preciso ter em mente que, na troca de mercadorias por moeda (forma geral do valor), existe uma polarização. De um lado, um bem que procura **validação** para o trabalho incorporado no mesmo. No outro pólo, o validante, que possui a capacidade de reconhecer o trabalho privado como trabalho social. A moeda adquire seu poder, porque é o único instrumento que permite que uma compra possa ser efetuada sem antes ter havido uma venda.

Todo o produtor de mercadorias sabe que, para comprar, ele necessita primeiro vender. Se ele não fizer isso, a outra alternativa é comprar, mas endividando-se ao mesmo tempo. Não é o caso com a emissão de moeda, simplesmente ela permite comprar a mercadoria que se desejar e sem se endividar. Basta, para isso, a emissão de moeda (vale frisar que a moeda emitida permite comprar a mercadoria que se desejar, mas não todas as mercadorias na quantidade que se desejar, porque isto trará, como uma de suas conseqüências, a hiperinflação).

Esta é a grande distinção entre o equivalente geral (cruzado) e um título público. Com a emissão de um título público, o Governo recolhe moeda já existente. A razão de os poupadores privados procurarem proteção nos títulos públicos, face à

instabilidade inflacionária reinante, deve-se ao fato de procurar impingir-se ao Estado brasileiro que o mesmo garanta, em última instância, o poder de compra da moeda (obviamente os títulos públicos cobrem a inflação). No entanto nenhum governo pode garantir eternamente o poder de compra da moeda usando somente instrumento de política monetária (controle da expansão do estoque de moeda e controle da taxa de juros), **porque o valor da moeda no capitalismo depende da contínua metamorfose dessa em capital produtivo e mercadorias, o que implica sempre um exame da permanência, ou não, das condições de reprodução vigentes em períodos anteriores**, como, por exemplo, alteração da produtividade e da realização das mercadorias (oferta e demanda agregada).

O teste final para se verificar se o cruzado é, ou não, o equivalente geral pode advir de um processo de instabilidade, onde a sociedade, por qualquer motivo expectável, julgar que o Governo não vai honrar os títulos públicos. Se os mesmos fossem moeda, poder-se-ia comprar com eles. Entretanto os poupadores correm para os títulos públicos, não porque julgam que o cruzado não é a moeda nacional, mas porque esperam receber em troca a moeda nacional acrescida de juros que cubram pelo menos a inflação. Mas um processo grande de instabilidade pode acarretar uma corrida para o cruzado que será procurado como o validante, em última instância, do trabalho privado dos produtores de mercadorias. Se, por acaso, houver uma troca de títulos por cruzados, seguida de uma corrida para ativos tangíveis, **é porque a sociedade perdeu a confiança no equivalente geral e nenhum outro se encontra disponível para substituí-lo, pois, do contrário, a corrida será para equivalente geral alternativo.**

Obviamente, esse equivalente geral precisará existir em volume suficiente, ou seja, agir como meio de pagamento e não como padrão de preços, pois, do contrário, a economia não poderá continuar funcionando (não é o caso do dólar, por exemplo).

É preciso ficar claro, também, que, quando da emissão da moeda, esta tem o poder de comprar a preços vigentes. Não é um símbolo sem valor algum como costumam argumentar alguns economistas. Que uma emissão exagerada possa causar a desvalorização da moeda não invalida esse argumento, pois a desvalorização, se é que se dará, **ocorrerá ao longo do tempo**. A construção teórica de Marx é tão poderosa que sequer é compreendida pela economia neoclássica. Como é sabido, Marx definiu o capital como sendo a expansão própria do valor, valor que acrescenta a si mais valor **num movimento contínuo**. Esse referencial é dinâmico por natureza. Tão importante era a dinâmica para Marx que ele introduziu a feliz distinção entre valor (estoque) e valor em processo (fluxo). O capital é valor em expansão. Num dado instante de tempo, existe uma **quantidade** de moeda, capital produtivo e mercadorias que se metamorfoseiam em **períodos de tempos distintos** nas outras formas. O acréscimo de um estoque de moeda ao estoque de capital vigente (emissão de moeda) não garante *a priori* que a mesma será desvalorizada.

É preciso verificar o que ocorrerá com essa moeda ao longo de todas as faces em que ela **necessariamente terá que se metamorfosear, pois moeda é valor em movimento**. Se, por acaso, os poupadores se escorarem nos títulos públicos, exigindo

uma remuneração real, o Governo terá que deslocar parte do excedente para o setor privado. A grande questão é saber se existe excedente em volume suficiente para pagar os credores externos (banqueiros, firmas multinacionais) e os internos (firmas estaduais, firmas nacionais). Caso seja impossível, o juro tornar-se-á negativo para compatibilizar as demandas monetárias sobre o excedente com o volume real do mesmo.